

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5



**Marcus Fernando da Silva Praxedes
(Organizador)**

Atena
Editora
Ano 2020

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5



**Marcus Fernando da Silva Praxedes
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A enfermagem centrada na investigação científica

5

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Marcus Fernando da Silva Praxedes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E56 A enfermagem centrada na investigação científica 5 [recurso eletrônico] / Organizador Marcus Fernando da Silva Praxedes. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-198-5

DOI 10.22533/at.ed.985202307

1. Enfermagem – Pesquisa – Brasil. 2. Saúde – Brasil.
I.Praxedes, Marcus Fernando da Silva.

CDD 610.73

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

O fortalecimento da Enfermagem, como ciência, perpassa o desenvolvimento de um corpo de conhecimento alicerçado em uma base de evidências de estudos científicos bem desenhados e que tenham implicações para uma prática segura. A investigação científica confiável e de qualidade, portanto, garante o reconhecimento das áreas dos saberes da enfermagem e dos profissionais e pesquisadores envolvidos.

Diante do exposto, temos o prazer de apresentar a coleção “A Enfermagem Centrada na Investigação Científica”. Trata-se de uma obra que reúne trabalhos científicos relevantes das mais diversas áreas de atuação do fazer Enfermagem. Aqui, docentes, estudantes, profissionais e os participantes das pesquisas são atores principais de uma ciência holística que a cada dia se fortalece, em decorrência do engajamento e empoderamento desses.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. O terceiro volume traz estudos relacionados à prática da enfermagem baseada em evidências com ênfase à Sistematização da Assistência da Enfermagem (SAE) nos mais diversos cenários de cuidado à saúde e a importância do desenvolvimento de uma cultura de segurança do paciente. O quarto volume concentra, principalmente, experiências relatadas através de projetos de pesquisa e extensão, demonstrando a importância dos mesmos para a formação acadêmica e profissional.

O quinto volume aborda a saúde da mulher na gestação, parto e puerpério, bem como dos recém-nascidos, crianças e adolescentes. O último capítulo traz a importância da assistência da enfermagem diante da violência sexual contra mulheres. Tema de fundamental relevância, principalmente em tempos de pandemia.

O destaque para atenção primária à saúde e para questões vivenciadas na prática profissional é dado pelo sexto volume. Por fim, o sétimo e último volume, traz estudos com temas variados, principalmente relacionados à saúde da população idosa, estudos epidemiológicos e às doenças infectocontagiosas. Ressaltamos a relevância da divulgação científica dos trabalhos apresentados, para que os mesmos possam servir de base para a prática segura dos profissionais de saúde. Nesse sentido, a Atena Editora se destaca por possuir a estrutura capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Marcus Fernando da Silva Praxedes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO ENFERMEIRO À GESTANTE NO PRÉ-NATAL SOBRE TRIAGEM NEONATAL	
Viviane de Melo Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9852023071	
CAPÍTULO 2	13
A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DO ENFERMEIRO NO INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Liane Bahú Machado	
Sandra Ost Rodrigues	
Silvana Carloto Andres	
Claudete Moreschi	
DOI 10.22533/at.ed.9852023072	
CAPÍTULO 3	18
ALEITAMENTO MATERNO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL: PERCEPÇÃO DAS MÃES	
Siena Nogueira Guirardi	
Aisiane Cedraz Morais	
Juliana de Oliveira Freitas Miranda	
Rebeca Pinheiro de Santana	
Rita de Cássia Rocha Moreira	
Ariane Cedraz Morais	
Isana Louzada Brito Santos	
Deisy Vital dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9852023073	
CAPÍTULO 4	36
MÃES ADOLESCENTES E SEUS FILHOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE ALEITAMENTO MATERNO	
Rejane Corrêa Marques	
Isis Vanessa Nazareth	
Fabricia Costa Quintanilha Borges	
Patrícia Regina Affonso de Siqueira	
Glaucimara Riguete de Souza Soares	
Joana Darc Fialho de Souza	
Carina Bulcão Pinto	
Sabrina Ayd Pereira José	
Meiriane Christine dos Santos Aguiar	
Larissa de Araújo Mantuano Agostinho	
Maria Isabel Santos Alves	
Suzanna Martins Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9852023074	
CAPÍTULO 5	53
AMAMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	
Mônica Chiodi Toscano de Campos	
Ingridy Borges dos Santos	
Rejane Antonello Griboski	
Daniella Soares dos Santos	
Lara Mabelle Milfont Boeckmann	

CAPÍTULO 6 69

ASSISTÊNCIA PRESTADA NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL A MULHERES EM SITUAÇÃO PRISIONAL

Jéssica Kelly Alves Machado
Nathalya Anastacio dos Santos Silva
Amuzza Aylla Pereira dos Santos
Deborah Moura Novaes Acioli
Marianny de Medeiros de Moraes
Karlayne Reynaux Vieira de Oliveira
Maraysa Jessyca de Oliveira Vieira
Bárbara Maria Gomes da Anunciação
Larissa de Moraes Teixeira
Rosa Patrícia Gomes Tenório Omena Rodrigues
Julio Cesar Silva Oliveira
José Augustinho Mendes Santos

DOI 10.22533/at.ed.9852023076

CAPÍTULO 7 80

PRODUÇÃO IMEDIATA DE LEITE CONFORME A VIA DE PARTO EM PUÉRPERAS DE GESTAÇÃO A TERMO

Genoveva Zimmer
Maria Alessandra Ribeiro da Costa
Pedro Celiny Ramos Garcia
Jorge Hecker Luz
Lisie Zimmer Santiago
Humberto Holmer Fiori

DOI 10.22533/at.ed.9852023077

CAPÍTULO 8 93

SUSCETIBILIDADE DE RECÉM-NASCIDOS PREMATUROS A INFECÇÃO HOSPITALAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE PREVENÇÃO

Maria Elidiane Lopes Ferreira
Rosa Maria Assunção de Queiroga
Nalma Alexandra Rocha de Carvalho
Ana Carolina Coimbra de Castro
Ivana Mayra da Silva Lira
Mariana Portela Soares Pires Galvão
Satyê Rocha Pereira
Polyana Coutinho Bento Pereira
Aline Macedo da Silva
Marivete Ribeiro Alves
Dália de Sousa Viegas Haas

DOI 10.22533/at.ed.9852023078

CAPÍTULO 9 99

REDE DE ASSISTÊNCIA AO RECÉM-NASCIDO VIVENDO EM SITUAÇÃO PRISIONAL: O PAPEL DA ENFERMAGEM

Jéssica Kelly Alves Machado
Amuzza Aylla Pereira dos Santos
Nathalya Anastacio dos Santos Silva
Deborah Moura Novaes Acioli
Marianny de Medeiros de Moraes
Karlayne Reynaux Vieira de Oliveira
Maraysa Jessyca de Oliveira Vieira

Bárbara Maria Gomes da Anunciação
Larissa de Moraes Teixeira
Rosa Patrícia Gomes Tenório Omena Rodrigues
Julio Cesar Silva Oliveira
José Augustinho Mendes Santos
DOI 10.22533/at.ed.9852023079

CAPÍTULO 10 106

NARRATIVAS DE VIDA DE MULHERES USUÁRIAS DO CAPSAD SOBRE O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA DURANTE A GESTAÇÃO

Rosângela da Silva Santos
Tharine Louise Gonçalves Caires

DOI 10.22533/at.ed.98520230710

CAPÍTULO 11 118

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA SÍFILIS EM GESTANTE EM ESTADO DO NORDESTE BRASILEIRO

William Caracas Moreira
Myllena Maria Tomaz Caracas
Bruno D'Paula Andrade
Jorge Felipe da Silva Bastos
Maryanna Tallyta Silva Barreto
José Nilton de Araújo Gonçalves
Cinthya Leite Rodrigues de Moraes
Camila Sales Andrade
Aline da Silva Candeia
Eveline michelle Lima da Silva
Layze Braz de Oliveira
Inara Viviane de Oliveira Sena

DOI 10.22533/at.ed.98520230711

CAPÍTULO 12 130

CASO CLÍNICO DE GESTANTE EM TRATAMENTO DE TUBERCULOSE PULMONAR: ESTUDO DE CASO

Luciana do Socorro Serrão Filgueira
Paulo Henrique Viana da Silva
Romulo Roberto Pantoja da Silva

DOI 10.22533/at.ed.98520230712

CAPÍTULO 13 138

CUIDADOS DE ENFERMAGEM NAS SÍNDROMES HIPERTENSIVAS DA GESTAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Roberta Liviane da Silva Picanço
Tamara Braga Sales
Cláudia Patrícia Da Silva Ribeiro Menezes
Samara Gomes Matos Girão
Andreza Kelly Cardoso da Silva Soares
Maíra Maria Leite de Freitas
Lucélia Rodrigues Afonso
Marcia Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.98520230713

CAPÍTULO 14 147

SIGNIFICADO DO PLANO DE PARTO: PERSPECTIVAS DA EQUIPE DE SAÚDE

Tâmem Luiza Borba
Geiza Martins Barros

CAPÍTULO 15 157

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CUIDADO À CRIANÇA HOSPITALIZADA: ABORDAGEM NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Manuela Costa Melo
Luana Nunes Lima
Lara Mabelle Milfont Boeckmann
Luciana Melo de Moura
Ruth Geralda Germana Martins
Ana Socorro de Moura
Amanda Costa Melo

DOI 10.22533/at.ed.98520230715

CAPÍTULO 16 169

AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS DE ALTO RISCO

Bianca Machado Cruz Shibukawa
Gabrieli Patricio Rissi
Kayna Trombini Schimidt
Priscila Garcia Marques
Ieda Harumi Higarashi

DOI 10.22533/at.ed.98520230716

CAPÍTULO 17 179

RISCOS BIOLÓGICOS E COMPORTAMENTAIS PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM ADOLESCENTES

Maria de Nazaré de Souza Ribeiro
Cleisiane Xavier Diniz
Regina dos Santos Sousa
Fátima Helena do Espírito Santo
Fernanda Farias de Castro
Cássia Rozária da Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.98520230717

CAPÍTULO 18 189

O SIGNIFICADO DA HISTERECTOMIA PARA MULHERES EM PRÉ-OPERATÓRIO À LUZ DO PENSAMENTO DE MARTIN HEIDEGGER

Anna Maria de Oliveira Salimena
Marcela Oliveira Souza Ribeiro
Andyara do Carmo Pinto Coelho Paiva
Thais Vasconcelos Amorim
Rafael Carlos Macedo Souza
Amanda Tamires Drumond Vilas Boas Tavares
Layla Guimarães Paixão Oliveira
Nayara Costa Farah
Camila Silva Torres Militão
Alice Teixeira Caneschi

DOI 10.22533/at.ed.98520230718

CAPÍTULO 19 199

REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS PÓS EXENTERAÇÃO PÉLVICA POR TUMORES GINECOLÓGICOS: REVISÃO DE LITERATURA

Natalia Beatriz Lima Pimentel
Vivian Cristina Gama Souza Lima
Felipe Cardozo Modesto

Patrícia dos Santos Claro Fuly
Kariny de Lima
Carmen Lucia de Paula
Rafael Carlos Macedo de Souza
Mauro Leonardo Salvador Caldeira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.98520230719

CAPÍTULO 20 207

A CIRURGIA DE MASTECTOMIA E SUA INFLUÊNCIA NO ÂMBITO BIOPSISSOCIAL FEMININO

Matheus Augusto da Silva Belidio Louzada
Lucas de Almeida Campos
Antonio da Silva Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.98520230720

CAPÍTULO 21 221

A PREDISPOSIÇÃO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM POLICIAIS MILITARES FEMININAS EM UM BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Bárbara de Caldas Melo
Ana Karoline de Oliveira Castro
Larissa Magalhães Freitas
Leila Akemi Evangelista Kusano

DOI 10.22533/at.ed.98520230721

CAPÍTULO 22 233

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES

Ana Claudia Sierra Martins
Endian Luiza do Nascimento
Fernanda dos Santos Pereira
Maria Rita de Almeida Campos
Rita Cássia Santoro de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.98520230722

SOBRE O ORGANIZADOR..... 247

ÍNDICE REMISSIVO 248

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES

Data de aceite: 01/07/2020

Ana Claudia Sierra Martins

<http://lattes.cnpq.br/9350362171936942>

Juiz de Fora/MG

Endian Luiza do Nascimento

<http://lattes.cnpq.br/6772708263369675>

Centro Universitário Estácio de Juiz de Fora

Juiz de Fora/ MG.

Fernanda dos Santos Pereira

<http://lattes.cnpq.br/6410341283377959>

Centro Universitário Estácio de Juiz de Fora

Juiz de Fora/ MG.

Maria Rita de Almeida Campos

<http://lattes.cnpq.br/5486181856076881>

Centro Universitário Estácio de Juiz de Fora

Juiz de Fora/ MG.

Rit Cássia Santoro de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/7133394799753824>

Centro Universitário Estácio de Juiz de Fora

Juiz de Fora/ MG.

RESUMO: A violência contra a mulher é entendida como qualquer ato de violência cometido contra a mulher, sendo considerado um problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos. Objetivou-se a apresentar as ações desenvolvidas pelos Enfermeiros ao atender mulheres vítimas de violência

sexual. Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica, no período de 01 de agosto a 31 de outubro de 2019, na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), a partir dos descritores em ciências da saúde. As ações de enfrentamento da violência sexual contra a mulher são previsto em vários documentos legislativos, porém ainda apresenta fragilidades no que se refere a assistência multidisciplinar. O enfermeiro possui atribuições específicas e desafios a serem alcançados, no atendimento de mulheres vítimas deste tipo de violência. Dentre os principais desafios encontrados pelos enfermeiros destacam-se o desconhecimento e a insegurança acerca do assunto. Torna-se necessário, portanto, a capacitação do enfermeiro para a aplicação da linha de cuidados adequada com as suas ações específicas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher; Violência doméstica; Enfermeiro.

ABSTRACT: Violence against women is understood as any act of violence committed against a woman, being considered a public health problem and a violation of human rights. To present the actions taken by nurses and

women victims of sexual violence. A literature review was conducted from August 1 to October 31, 2019, based on data from the Scientific Electronic Library Online (SciELO), Virtual Health Library (VHL) and Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), based on the descriptors in health sciences. Twenty-one materials used by the Ministry of Health, three legislative documents and 19 scientific articles were selected. As actions to combat sexual violence against a woman are foreseen in various legislative documents, but still have weaknesses that refer to multidisciplinary assistance. The nurse has specific attributions and challenges to be achieved, without attending to women who suffer from this type of violence. Among the main challenges encountered by nurses are detachment or lack of knowledge and insecurity about the subject. It made necessary the qualification of nurses, who work in PHC, to apply the appropriate line of care with your specific actions.

KEYWORDS: Violence against women; Domestic violence; Nurse.

1 | INTRODUÇÃO

As mulheres em suas diferentes fases da vida são vítimas de várias formas de violência, independentemente de sua classe social, raça, religião, orientação sexual e escolaridade, podendo ser vitimada desde a infância, idade adulta e senilidade. Tanto no Brasil como no mundo, a violência tornou-se um problema de saúde pública, sendo um dos principais motivos de morbidade e mortalidade feminina (BRASIL, 2016a).

Na Conferência Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada em Belém do Pará, no ano de 1994, foi definido a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 1996, p 1).

A Lei nº 11.340 sancionada em 2006 criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dispõe sobre a concepção dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar reforçando que se configuram como violência contra a mulher os danos moral e patrimonial, além dos atos já citados na Convenção do Belém do Pará (BRASIL, 2006).

No Brasil em 2017, foram registrados 193.700 casos de violência sexual, física, psicológica e moral, incluindo o estupro e o assédio sexual, pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN NET). Este número corresponde apenas ao sexo feminino, considerando a idade de mulheres entre 15 a 59 anos. Quando se trata apenas de violência sexual, este número é de 14.025 casos, sendo em Minas Gerais 1.479 registrados (BRASIL, 2017).

O Relatório publicado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), aponta que no ano de 2018 o canal telefônico, a denominada Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, recebeu 2.317 denúncias em relação à violência

sexual, e que o estupro correspondeu ao maior número de atendimentos, com 86,43%, seguido de assédio sexual 6,81% e exploração sexual com 5,6% dos casos atendidos (BRASIL,2019).

A violência doméstica e familiar pode ocorrer nas relações íntimas, independente de orientação sexual das pessoas envolvidas. A não permissão da utilização de métodos contraceptivos, a indução de maneira forçada ao matrimônio, gravidez ou aborto, impedindo que esta mulher tenha domínio sobre seus direitos sexuais e reprodutivos, caracteriza-se como uma forma de violência sexual (BRASIL, 2006).

As mulheres em sua concepção entendem que o atendimento que elas recebem é feito de maneira incompleta, relacionando esse fator com o despreparo dos profissionais e demanda do serviço. A assistência não é dada de forma integral e não há privacidade no momento da escuta (HEISLER et al., 2018).

No sentido de possibilitar o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, a Equipe de Saúde da Família (ESF) possui a atribuição de garantir a atenção à saúde com vistas à integralidade através do emprego de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos, garantindo um atendimento das ações de vigilância à saúde (BRASIL, 2006).

Dentre as atribuições específicas do Enfermeiro definidas na Política Nacional de Atenção Básica destacam-se a atenção à saúde aos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes e no domicílio ou nos demais espaços comunitários na infância, adolescência, idade adulta e senilidade (BRASIL, 2012).

Diante da importância de estudar sobre a violência sexual contra as mulheres e baseado nas políticas públicas que existem hoje para enfrentamento deste problema, com consequências graves como o feminicídio, o suicídio, problemas físicos e psicossociais, se faz necessário que o enfermeiro tenha o conhecimento das políticas em favor da mulher, para que possa contribuir com essas vítimas no sentido de reconhecer o ciclo da violência e ter autonomia para que este possa ser rompido (BRASIL, 2016 b).

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade do Enfermeiro conhecer as atribuições e as ações realizadas no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual. O estudo tem por justificativa a necessidade do sensibilizar os enfermeiros que atuam Atenção Primária à Saúde (APS) para a importância da tomada de conduta no atendimento de mulheres que sofreram violência sexual.

O objeto desta investigação é a atuação do enfermeiro no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, na APS. O objetivo do estudo foi apresentar as ações desenvolvidas pelos Enfermeiros ao atender mulheres vítimas de violência sexual, na APS.

A presente investigação caracteriza-se por ser uma pesquisa de revisão bibliográfica realizada no período de 01 de agosto a 30 de outubro de 2019, na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Literatura Latino-

Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), a partir dos descritores em ciências da saúde: “Violência contra a mulher”, “Violência doméstica” e “Enfermeiro”.

Atendeu a seis etapas metodológicas, a saber: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; definição dos critérios de inclusão e exclusão; identificação dos artigos para leitura; categorização das investigações selecionadas; análise, interpretação e apresentação dos resultados, seguida da redação do texto científico (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

As questões de pesquisa que motivaram a construção desta investigação foram: qual a atuação do enfermeiro no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual?

Para a identificação do tema e a seleção da questão de pesquisa foi necessária leitura acerca da violência contra a mulher e especificamente a observação dos indicadores da violência sexual.

A definição dos critérios de inclusão e exclusão foi baseada na busca por artigos originais, indexados nas bases de dados eletrônicas, disponíveis *on-line* na íntegra, no idioma português, publicados no período entre 2015 e 2019, exceto os documentos legislativos e produzidos pelo Ministério da Saúde capazes de responder o objetivo desta investigação.

Para a identificação dos artigos para a leitura utilizou-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) para realizar a busca de artigos, nas bases de dados por acesso *on-line*, com auxílio do operador booleano *AND* e como recurso de pesquisa às opções: texto completo: disponível; limites: humanos; idioma: português e tipo de documento: artigo, deste modo foi possível identificar os diferentes artigos indexados em distintos periódicos, no período de 01 de agosto a 31 de outubro de 2019, via portal regional da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library On-line (SciELO)* e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

A seguir, foram selecionados 21 materiais produzidos pelo Ministério da saúde, 03 documentos legislativos (leis, portarias e resoluções) e 19 artigos científicos, procedida da leitura completa dos documentos, sendo integrados a esta revisão. Foram excluídos aqueles que não contribuíram para a discussão e alcance do objetivo desta investigação assim como os artigos de revisão. A categorização dos artigos inclusos foi conforme os eixos temáticos pré-estabelecidos para o desenvolvimento do manuscrito.

A análise e interpretação dos resultados envolveram a síntese e organização das informações de forma textual para a apresentação dos resultados da revisão com a redação do texto científico, conforme descrito no desenvolvimento apresentado a seguir.

O desenvolvimento do objeto de investigação foi apresentado de forma estruturada em três tópicos, a saber: violência sexual contra a mulher; ações dos enfermeiros no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual e desafios dos enfermeiros frente ao atendimento às vítimas da violência sexual.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Violência sexual contra a mulher

A violência sexual (VS) é entendida como ato violento praticado contra a mulher, fazer comentários ou ações que conduzam para o desejo de se praticar o ato sexual; ações que direcionam para o tráfico sexual e obrigando de alguma forma a pessoa para a sexualidade, seja no ambiente doméstico, trabalho ou outro local, independente da relação interpessoal (BRASIL, 2002).

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foi instituído em 2007, consiste em um acordo federativo entre governo federal e os governos dos estados e municípios brasileiros para o planejamento de ações que estabeleçam a política nacional por meio da implementação de políticas públicas em todo território nacional, baseando-se na implementação de políticas que englobem a violência contra as mulheres em todas as suas expressões (BRASIL, 2007).

Esta rede de atendimento refere-se tanto a atuação de instituições e serviços governamentais nas três esferas, como as organizações não governamentais (ONG'S), também tendo a participação da comunidade. Inclui o serviço prestado às mulheres vítimas de VS que poderá ser especializado ou não (BRASIL, 2011b).

As pessoas que sofrem a violência sexual têm direito de ser atendido em caráter de emergência, sendo este atendimento integral e multidisciplinar pelos os hospitais da rede do SUS; é o que determina a Lei nº 12.845 de 1º de agosto de 2013. Esse atendimento tem o objetivo de oferecer à vítima: diagnóstico, profilaxia e tratamento necessário para minimizar os agravos físicos e psíquicos que possa apresentar. Ser orientada quanto aos direitos legais e aos serviços disponíveis a ela, sendo esses gratuitos (BRASIL, 2013).

A violência sexual é um crime previsto no artigo 213 do Código Penal Brasileiro, sendo definida como qualquer tipo de atividade de caráter erótico ou sexual que desrespeita o direito de escolha de um dos envolvidos, por coação, ascendência ou precocidade. O uso da violência física associada à violência sexual está presente apenas em pequena parte dos casos identificados. Carícias não genitais, beijos, exibicionismo, voyeurismo e exposição à pornografia podem ser tão danosos quanto às situações que envolvem contato genital (BRASIL, 1940).

O ato pode ser praticado utilizando-se de força física, pressão psicológica ou em situações que a vítima se encontra incapaz de defesa. Quando é feita uma penetração da vulva ou ânus que tenha sido por meio de força física ou por outra forma de coação é definido como estupro, considerado uma violência sexual (BRASIL, 2002).

De acordo com a Portaria nº 1.271 de 2014, que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde, a VS deve ser notificação imediata em nível municipal. Esta medida é para que possa ser feito um atendimento correto à

vítima, incluindo contracepção de emergência, medidas de modo a evitar a infecção de hepatites virais e doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 2014).

Em se tratando de problema de saúde, as instituições que fazem o atendimento às mulheres vítimas de violência seja sexual, física ou psicológica devem assegurar o cumprimento de cada etapa desse atendimento, conforme as Portarias e Leis em vigor, garantindo que as vítimas não tenham a sua identidade revelada, evitando exposição desnecessária, prevenindo agravos e complicações (BRASIL, 2016b).

Os processos de trabalho devem ser acompanhados de educação permanente, para os profissionais de saúde e gestores, a fim de minimizar os danos provocados pela sua ineficiência de atendimento qualificado às vítimas e ampliar a resolutividade das ações de profilaxia (DELZIOVO et al., 2018).

A limitação de conhecimentos sobre a assistência prestada a mulheres expostas a VS faz com que os casos de violência sejam subnotificados, impossibilitando estratégias que possam contribuir para a prevenção de novos casos e melhor qualidade de vida para as vítimas atendidas (SANTOS et al., 2018).

Torna-se imprescindível a sensibilização de gestores e gerentes de saúde, para que os profissionais da área garantam condições para uma atenção integral às mulheres em situação de violência e sua família. Torna-se fundamental o conhecimento do enfermeiro sobre a linha de cuidados e o fluxo de atendimento no âmbito da saúde, para que possa nortear e encaminhar às mulheres ao nível de atenção necessária (BRASIL, 2017).

2.2 Ações dos enfermeiros no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual

O atendimento a mulher vítima de VS tem início com a consulta de enfermagem, onde o acolhimento com a escuta qualificada do enfermeiro contribuirá para que o registro da violência seja feito de maneira eficaz e completa, ele é o profissional que se encontra em todas as etapas, sendo responsável tanto pela prevenção como no combate da violência (FREITAS et al., 2017).

No momento da consulta a escuta e a observação das expressões da vítima são pontos importantes para a investigação da violência sofrida. Porém, diante do excesso de trabalho que o enfermeiro e demais profissionais de saúde possuem, essa tarefa fica cada vez mais difícil, sendo necessário criar estratégias para o enfrentamento desta realidade garantindo a integralidade na assistência (ZUCHI et al., 2018).

Preservar os vestígios em casos de VS para a maioria dos enfermeiros que trabalham em um hospital de Sergipe é fundamental, porém, a pesquisa revela que muitos dos enfermeiros que participaram da entrevista não conhecem a forma correta dessa preservação. Mesmo afirmando a importância da coleta diante do atendimento à mulher vítima de VS, sentem que não estão preparados para tal (SOUZA et al., 2017).

O registro das informações da VS juntamente com a coleta dos vestígios, segue orientação da Norma Técnica Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência

Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios do MS. O médico é o profissional que realiza esta atividade na rede do SUS, devendo ser habilitado para isso, porém não substitui a função do médico perito da segurança pública (BRASIL, 2015).

A coleta de vestígios da violência sexual consiste na descrição das lesões, coleta de sêmen, secreções ou fluidos na região vaginal, anal, perioral. É feito com auxílio de *swab*, transferido para lâminas e papel filtro, conforme rotina da unidade. O tempo para realização desta coleta deve ser até 72 horas, para que possa ser preservado DNA do agressor (NUNES et al., 2017).

Ao conduzir a mulher na entrada dos serviços de saúde, é oferecido a ela a oportunidade de integrar-se os seus direitos de cidadania. Visto também que é necessário o direcionamento intersetorial que estão no âmbito da assistência, o envolvimento familiar e instituições que possam auxiliar na promoção de bem-estar, gerando conscientização da mesma em relação a rede de amparo, seja jurídica ou em suas necessidades de saúde (FREITAS et al, 2017).

Os procedimentos de interrupção da gravidez estão garantidos as mulheres nos termos da Lei desde 1940, sendo fortalecida pela legislação no decorrer das décadas, trata-se desse direito também a Lei nº 12.845 de 1º de agosto de 2013, se alinhando com as Portarias nº 1.508/05 e nº 415/14 do Ministério da Saúde. Para o atendimento dessas vítimas são observadas as diretrizes no Decreto nº 7.958/13, destinado aos profissionais da segurança pública e da rede do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2014).

A Portaria nº 1.508, de 1º de setembro de 2005, dispõe sobre o procedimento de justificação e autorização da interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde, sendo considerado um avanço para a garantia de mulheres vítimas de violência sexual poder interromper a gestação pós-estupro (BRASIL, 2005).

A incidência de gravidez acontece com maior frequência quando a VS é recorrente ou quando o atendimento no setor de saúde é superior às 72 horas após agressão, não recebendo a contracepção de emergência (DELZIOVO et al., 2018).

De acordo com a pesquisa em Campinas, as mulheres que engravidaram por consequência da VS relataram que não conheciam sobre o atendimento que existe para as vítimas, nem mesmo sobre os protocolos de emergência, tão pouco, que o aborto nesses casos é garantido por lei. O trauma vivido fez com que a maioria não procurasse ajuda imediata, o desejo que elas tinham era apenas de esquecer o fato ocorrido (MACHADO et al., 2015).

A vítima deve ser informada de todo o procedimento que será realizado, e sua decisão deve ser respeitada em relação a dar continuidade ou não à coleta e realização dos exames, bem como da profilaxia para DST e gravidez (BRASIL, 2013).

A sensibilização da equipe de saúde quanto ao seguimento dos protocolos de atendimento faz com que não haja intervenções desnecessárias à paciente, desde o momento da entrada na unidade de saúde até a finalização do tratamento. Deve ser

garantida a continuidade da assistência por meio de encaminhamento de referência e contra referência (BRASIL, 2004).

A coleta de todo o material deverá ser acompanhada por um profissional que pertence à equipe multidisciplinar. Esse material só poderá ser descartado por meio de autorização judicial, visto que no Brasil não existe normas para o prazo de armazenamento. A vítima poderá decidir em denunciar o agressor a qualquer momento, podendo ocorrer após anos (BRASIL, 2015).

A profilaxia das infecções após a VS deve ser feita o mais breve possível, seguindo as orientações contidas no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós Exposição (PEP) de Risco à Infecções pelo HIV, IST e Hepatites Virais do MS, compreende coleta de exames laboratoriais, aplicação de imunoglobulinas e vacina de acordo com o histórico vacinal da vítima e administração de antirretrovirais (BRASIL, 2018a).

O enfermeiro deverá preencher a ficha de notificação e encaminha-la ao Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva), da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Comunicar o caso ao Conselho Tutelar, se a vítima for criança ou adolescente, anexando uma cópia da ficha ao prontuário do paciente. A seguir, acionar o Ministério Público no caso de interrupção de gravidez em decorrência de violência sexual (BRASIL, 2010).

Como cuidado assistencial, o enfermeiro deverá oferecer atendimento clínico-laboratorial, psicológico e social imediato, acionando a equipe multidisciplinar. Durante a consulta de enfermagem aconselhar a vítima a realizar um Boletim de Ocorrência Policial. Proceder a anamnese e o exame físico completo, incluindo exame ginecológico (BRASIL, 2015).

Oferecer profilaxia da gravidez, através da contracepção hormonal de emergência, método contraceptivo que pode prevenir a gravidez após uma relação sexual desprotegida ou após violência sexual. O uso de levonorgestrel® 1,5 mg dividido em duas doses, nas primeiras 72 horas da exposição (BRASIL, 2018b).

As medicações indicadas para a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST) não virais, em adultos, são: o Ceftriaxone® 1,0g Intra Muscular (IM) dose única; a Azitromicina® 1,0g via oral (VO) na dose única e o Metronidazol® 1,6g VO dose única. Torna-se importante o enfermeiro investigar previamente a história de alergias aos medicamentos antes de prescrevê-los (BRASIL, 2017).

A profilaxia pós-exposição ao vírus da Imunodeficiência (PEP) é indicada a partir do esquema combinado de Tenofovir® (TDF) + Lamivudina® (3TC) + Dolutegravir® (DTG), para pacientes acima de 12 anos, com a duração de uso por 28 dias (BRASIL, 2018).

A vacinação e imunização passiva para Hepatite B se faz necessário, devido ao risco de aquisição do vírus, em caso de não haver história de imunização prévia. Assim como colher de imediato, material para avaliação do status sorológico de sífilis, HIV, Hepatites B e C, para seguimento e conduta específica. A Vacina contra hepatite B possui a indicação de uso em adultos de 1,0 ml IM no músculo deltoide. O agendamento do retorno da

mulher se faz necessário para o seguimento sorológico após 30 dias e o acompanhamento clínico-laboratorial, psicológico e social (BRASIL, 2010).

2.3 Desafios dos enfermeiros frente ao atendimento às vítimas da violência sexual.

Os profissionais que realizam o atendimento à mulher vítima de violência sexual (VS) integram uma equipe multidisciplinar, conforme o preconizado pelo Ministério da Saúde, devendo receber capacitação de acordo com a legislação vigente no País, garantindo que a assistência prestada seja integral (PINTO et al., 2016).

Porém, em pesquisa realizada com enfermeiras da Atenção Primária à Saúde, em um município da Paraíba evidenciou que 85% delas desconhecia o atendimento que se deve prestar à paciente que sofre violência sexual e apenas 11,2% utilizaram algum protocolo para este atendimento. Afirmam a falta de capacitação e atualização sobre esse assunto o que pode dificultar o cuidado prestado à vítima (BAPTISTA et al., 2015).

Em um município do agreste pernambucano, algumas enfermeiras que participaram de um estudo sobre o atendimento às mulheres em situação de violência demonstraram discordância em relação à assistência prestada. Este fato é atribuído ao desconhecimento e a insegurança sobre o assunto VS. Afirmam sobre a necessidade de serem treinadas para saberem lidar com a situação (SANTOS et al., 2018).

Pesquisa realizada no estado de São Paulo, em 172 estabelecimentos de saúde, sobre o preenchimento da ficha de notificação compulsória, nas unidades de atendimento às mulheres vítimas de VS evidenciou que esta prática não era de conhecimento de todos os profissionais de saúde. Apenas 167 dessas unidades realizavam a notificação, sendo 78,4% preenchida por enfermeiro, seguidos de médico e assistente social (SOUZA et al., 2015).

Quando o ato de violência não é declarado pela vítima, os enfermeiros de alguma forma se sentem inseguros na identificação do caso, também desconhecem a operacionalização da notificação e sua importância. Faz-se necessário uma educação permanente da equipe que atende essas mulheres vítima de violência, devendo ser multidisciplinar e intersetorial para uma assistência digna de valorização da pessoa e promovendo a igualdade (FREITAS et al., 2017).

As enfermeiras que atuam na Estratégia de Saúde da Família (ESF) demonstraram receio ao falar sobre notificação dos casos que atendem. O medo é que podem ser vítimas também, devido ao fato de o agressor pertencer à comunidade que estão inseridas, geralmente acontece quando a violência é de repetição, relatam que os agentes comunitário de saúde (ACS) são os parceiros na identificação e acompanhamento (MORAIS et al., 2018).

A sobrecarga de trabalho é citada como um dos fatores que dificultam o preenchimento da ficha de notificação, não compreendem o valor desse serviço em relação a atenção integral para as mulheres vítimas da VS. É necessário que seja criado mecanismos

que melhorem a qualidade de assistência a essas mulheres, valorizando o atendimento humanizado em suas etapas (SOUZA et al., 2015).

Algumas enfermeiras que trabalham na ESF na cidade do Rio de Janeiro relatam que mesmo não tendo um preparo, procuram fazer um atendimento de qualidade, prezam pela conservação do bem-estar mental das vítimas. Elas procuram trabalhar com as mulheres as habilidades e potencial que possuem, para que possam enfrentar esta experiência ruim e conseguir romper a relação de violência sofrida (NETTO et al., 2018).

Ao contrário de alguns serviços de saúde saberem que existe um protocolo a ser seguido, na assistência à vítima de VS, em um hospital de Teresina, no Piauí, a mulher é atendida conforme protocolo legal, só após esclarecimentos a respeito dos procedimentos e a mesma aceitar as condições. Após o aconselhamento, prossegue o atendimento baseado no protocolo proposto. O local para a escuta é reservado, evitando que a vítima seja exposta (PINTO et al., 2016).

Uma análise do perfil das notificações sobre VS, afirma que as mulheres são as mais agredidas, mas quando se associa a outra forma de violência, as adolescentes sofrem também com a violência psicológica, além de se observar que o agressor fazia parte do círculo de sua convivência e o local sendo o próprio lar. Ressalta-se a importância dos profissionais de saúde se comprometer no preenchimento da ficha de notificação, pois assim é possível o planejamento de ações que possam prevenir a violência e proteger as vítimas (BATISTA et al., 2018).

A maioria dos enfermeiros declarou que nunca participaram da coleta de vestígio da VS, outros relataram não conhecer os procedimentos técnicos para o manejo correto. Quando questionada a contribuição da sua função na garantia dos direitos dessas vítimas, relatam que é relevante, eles têm consciência quanto ao seu papel (SOUZA et al., 2017).

A percepção de que a resiliência no cuidado de enfermagem é essencial para minimizar o sofrimento e os danos ocasionados pela VS, é comprovada em uma pesquisa realizada no Serviço de Atendimento Especializado (SAE) em um município paranaense. Essas mulheres recebem apoio para criar um horizonte dando novo sentido à vida (FORNARI et al., 2018).

Os enfermeiros frequentemente se deparam com casos de VS, fazendo parte do dia a dia dos profissionais nas unidades de saúde, o que demonstra a importância quanto à investigação e notificação do agravo, pois são os locais mais procurados pelas mulheres nessas condições de fragilidade (FREITAS et al., 2017).

E neste sentido, sendo referência de atendimento nos serviços de saúde, o enfermeiro tem a necessidade de uma qualificação profissional humanizada ao prestar o cuidado a essas mulheres vitimadas, de forma que as empodere para darem seguimento nos serviços de saúde necessários na sua vida pessoal (TRIGUEIRO et al., 2017).

Não apenas o enfermeiro, mas outros profissionais de saúde, como médico, auxiliar de enfermagem e agente comunitário de saúde, necessitam de capacitação. O cuidado

integral e interdisciplinar é fundamental, visto que as consequências dessa violência podem se manifestar por problemas físicos, psíquicos e afetivos (BAPTISTA et al., 2015).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação tem como contribuição levantar a questão da importância das ações desenvolvidas pelos enfermeiros ao atender mulheres vítimas de violência sexual, na Atenção Primária à Saúde. A violência sexual contra a mulher é um ato covarde, sendo identificado como um problema de saúde pública nacional. Várias ações governamentais estabelecem Políticas para o seu enfrentamento, nas três esferas de governo federal, estadual e municipal.

A vítima da violência deve ser atendida de modo integral por uma equipe multidisciplinar habilitada a fim de oferecer-lhe diagnóstico, profilaxia e tratamento necessário para minimizar os danos causados pelo estupro sofrido. A educação permanente, para os profissionais de saúde e gestores, devem ser implementada, pois a limitação de conhecimento sobre a assistência oferecida às mulheres expostas favorece a subnotificação dos casos.

Dentre as ações do enfermeiro destaca-se a consulta de enfermagem contendo uma anamnese completa, a partir da escuta qualificada e da orientação da mulher para a entrada no serviço de saúde, oportunizando ter acesso aos seus direitos enquanto cidadã, para adentrar nas instituições que integram a rede de amparo jurídica (Ministério Público) e de saúde.

A equipe de saúde que atua na APS necessita conhecer os protocolos de atendimento para que não ocorra demora no atendimento e intervenções desnecessárias à mulher, desde o momento da entrada na unidade de saúde até a finalização do tratamento, garantindo a continuidade da assistência.

O preenchimento da ficha de notificação, assim como o seu encaminhamento ao Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes ainda é um desafio no enfrentamento da VS, provavelmente pela falta de capacitação e atualização sobre o assunto. Além do desconhecimento, a insegurança e o medo ainda se faz presente entre os enfermeiros somado a sobrecarga de trabalho.

A presente investigação tem como limite a baixa produção científica pelos enfermeiros, acerca desta temática, que é extremamente atual e necessária de ser estudada. Sugere-se que mais estudos sejam realizados sobre o tema: violência sexual contra a mulher, e que as secretarias estaduais e municipais de saúde promovam educação permanente em serviço a partir da capacitação para as equipes de saúde da família conheçam o protocolo de ações para o enfrentamento da violência.

REFERENCIAS

BAPTISTA, RS; CHAVES, OBBM; OLIVEIRA, MG; SOUZA, FS; FRANÇA, ISX; LEITE, CCS. **Violência sexual contra mulheres: a prática de enfermeiros**. Rev. Rene. Fortaleza, v.16, n.2, p.210-7, 2015. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12654/1/2015_art_rsbaptista.pdf. Acesso em 13 out. 2019.

BATISTA, VC; BACK, IR; MONTESCHIO, LVC; ARRUDA, DC; RICKLI, HC; GRESPAN, LR; MATOS, ACG; MARCON, SS. **Perfil das notificações sobre violência sexual**. Rev. Enferm. UFPE on-line., v.12, n.5, p. 1372-1380, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/234546/29057> Acesso em 10 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República da Casa Civil. Subchefia para acessos jurídicos. **Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal., 1940**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “**Convenção de Belém do Pará**”. Adaptada em Belém do Pará, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em 18 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Políticas para a Mulher: relatório da Gestão 1999/2002 da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres> Acesso em 18 set. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Sistema de Legislação da Saúde. **Portaria nº 1.508, de 1º de setembro de 2005**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1508_01_09_2005.html. Acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República da Casa Civil. Subchefia para acessos jurídicos. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 16 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Norma Técnica: Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf Acesso em: 27 out.2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violencias.pdf Acesso em 16 set. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em 18 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. Norma técnica. 3º ed. atual. e ampl., 1ª. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf Acesso em 18 set. 2019.

BRASIL. Presidência da república. Casa Civil. **Decreto nº 7958, de 13 de março de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7958.htm. Acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República da Casa Civil. Subchefia para acessos jurídicos. **Lei nº 12.845 de 1º** de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm. Acesso em 16 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html. Acesso em 16 set. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Mapa da Violência. Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 16 set. 2019.

BRASILa. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica**. Brasília, 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf. Acesso em 18 set. 2019.

BRASILb. Senado Federal. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais**. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>. Acesso em 18 set. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.489, de 14 de junho de 2017**. Ed. 114, seção 1, 33. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19119681/do1-2017-06-16-portaria-n-1-489-de-14-de-junho-de-2017-19119590. Acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Incorporação de Tecnologias em Saúde - CONITEC. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais**. Brasília, 2017. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2017/Relatorio_PCDT_ProfilaxiaPosExposicaoRiscoInfeccao_HIV_IST_HepatitesVirais_CP.pdf. Acesso em 18 set. 2019.

BRASILa. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Relatório 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/Balanco_180.pdf. Acesso em 18 set. 2019.

BRASILb. Ministério da Saúde. **Notificação de Violência Interpessoal/ Autoprovocada**. Brasília, 2018. Disponível em: saude.gov.br/saude-de-a-z/acidentes-e-violencias/notificacao-de-violencia-interpessoal. Acesso em 18 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Tecnologia da Informação a Serviço do SUS, DATASUS. **Violência doméstica, sexual e/ ou outras – Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/violebr.def>. Acesso em 18 set. 2019.

BOTELHO, R; CUNHA, A; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, 2011. p. 121-36. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em 26 set. 2019.

DELZIOVO, CR; COELHO, EBS; D'ORSI, E; LINDNER, SR. **Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina – Brasil**. Rev. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v.23, n.5, p.1687-1696, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000501687&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 15 out. 2019.

FORNARI, LF; LABROCINI, LM. **O processo de resiliência em mulheres vítimas de violência sexual: uma possibilidade de cuidado**. Cogitare enferm., v.23, n.1, p.1-8, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-882624>. Acesso em: 10 out. 2019.

FREITAS, RJM; SOUSA, VB; COSTA, TSC; FEITOSA, RMM; MONTEIRO, ARM; MOURA, NA. **Atuação dos enfermeiros na identificação e notificação dos casos de violência contra a mulher**. Rev. HU Revista. Juiz de Fora, v. 43, n.2, p.91 - 97, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/2585>. Acesso em 10 out. 2019.

MACHADO, CL; FERNANDES, AMS; OSIS, MJD; MAKUCH, Maria Yolanda. **Gravidez após violência sexual: vivências de mulheres em busca da interrupção legal.** Rev. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p.345-353, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2015000200345&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15 out. 2019

MORAIS, BLA; SOUZA, MA; NUNES, CB. **Enfermeira da estratégia de saúde da família: abordagem frente à mulher em situações de violência.** Rev. Nursing. São Paulo, v. 21, n. 240, p. 2164-2467, 2018. Disponível em: http://www.revistanursing.com.br/revistas/240-Maio2018/violencia_domestica.pdf. Acesso em 13 out. 2019.

NETTO, LA; PEREIRA, ER; TAVARES, JMAB; FERREIRA, DC; BROCA, PV. **Atuação da enfermagem na conservação da saúde de mulheres em situação de violência.** Rev. min. enferm. Belo Horizonte, v.22, 2018. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1292>. Acesso em: 12 out. 2019.

NUNES, MCA; LIMA, RFF; MORAIS, NA. **Violência Sexual contra Mulheres: um Estudo Comparativo entre Vítimas Adolescentes e Adultas.** Rev. Psicol. cienc. prof., Brasília, v.37, n.4, p.956-969, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932017000400956&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 15 out. 2019.

PINTO, LSS; OLIVEIRA, IMP; PINTO, ESS; LEITE, CBC; MELO, AN; DEUS, MCBR. **Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual.** Rev. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v.22, n.5, p.1501-1508, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002501501&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 10 out. 2019.

SANTOS, SC; BARROS, PA; DELGADO, RFA; SILVA, LVL; CARVALHO, VPS; ALEXANDRE, ACS. **Violência contra a mulher: como os profissionais na atenção primária à saúde estão enfrentando esta realidade?** Rev. Saude e pesqui. UEFS. Feira de Santana, v.11, n.2, p.359-368, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-912672>. Acesso em: 11 out. 2019.

SOUSA, MH; BENTO, SF; OSIS, MJD; RIBEIRO, MP; FAÚNDES, A. **Preenchimento da notificação compulsória em serviços de saúde que atendem mulheres que sofrem violência sexual.** Rev. bras. epidemiol. Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.94-107, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2015000100094&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15 out. 2019.

SOUZA, ACD; MARQUES, CSF; SOUZA NETO, CM; MARTINS, IS; MUSSE, J; GONÇALVES, M. **O enfermeiro e a preservação de vestígios frente à violência sexual contra a mulher.** Rev. Nursing. São Paulo, v.20, n.233. p.1878-1882, 2017. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=31609&indexSearch=ID#refine>. Acesso em 15 out. 2019.

TRIGUEIRO, TH; SILVA, MH; MERIGHI, MAB; OLIVEIRA, DM; JESUS, MCP. **O sofrimento psíquico no cotidiano de mulheres que vivenciaram a violência sexual: estudo fenomenológico.** Esc. Anna Nery Rev. Enfermagem., Rio de Janeiro, v. 21, n.3, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000300204. Acesso em 10 out. 2019.

ZUCHI, CZ; SILVA, EB; COSTA, MC; ARBOIT, J; FONTANA, DGR; HONNEF, F; HEISLER, ED. **Violência contra as mulheres: concepções de profissionais da estratégia saúde da família acerca da escuta.** Rev. Min. Enferm. Belo Horizonte, v.22, 2018. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1223>. Acesso em 10 out. 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

MARCUS FERNANDO DA SILVA PRAXEDES - Possui Pós-Doutorado em Medicamentos e Assistência Farmacêutica pelo Programa de Pós-Graduação em Medicamentos e Assistência Farmacêutica (PPGMAF) da Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Enfermeiro (2009) e mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente (2013) pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Doutor em Medicamentos e Assistência Farmacêutica pelo PPGMAF/UFMG (2015). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq - Prática Baseada em Evidência e Segurança do Paciente. Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), lotado no colegiado de Enfermagem e Residência em Enfermagem em Cardiologia. Atua como orientador/coorientador de trabalhos de conclusão de curso, iniciação científica, mestrado e doutorado. Revisor de importantes periódicos nacionais e internacionais indexados. Desenvolve pesquisas nas áreas de Segurança do Paciente, Farmacovigilância, Anticoagulantes, Adaptação transcultural e validação de instrumentos em saúde, Teoria de Resposta ao Item e Prática Baseada em Evidências.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aleitamento Materno 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 61, 62, 64, 67, 70, 72, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 104, 116, 154

Amamentação 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 27, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 81, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 101, 132, 148

Assistência Pré-Natal 1, 5, 6, 59, 145, 147

B

Burnout 13, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232

C

Cesárea 28, 81, 87, 89, 154, 193

Continuidade da Assistência ao Paciente 169

Criança 2, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 30, 33, 34, 37, 45, 55, 59, 61, 62, 63, 65, 80, 81, 87, 88, 91, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 114, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 240

Cuidado da Criança 158

Cuidado do Lactente 19

Cuidado Pré-Natal 1, 5, 6, 130, 147

Cuidados de Enfermagem 1, 5, 6, 94, 130, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145

D

Deficiências do Desenvolvimento 169

Desenvolvimento Infantil 101, 113, 169, 170, 177

Desmame Precoce 13, 14, 15, 17, 22, 43, 50, 63

Doença Cardiovascular 186

E

Enfermagem 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 91, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 116, 117, 118, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 151, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 177, 179, 187, 188, 189, 190, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 220, 231, 233, 238, 240, 242, 243, 246, 247

Enfermeiro 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 56, 70, 77, 104, 136, 140, 143, 160, 168, 171, 197, 233, 235, 236, 238, 240, 241, 242, 243, 246, 247

Estudos Epidemiológicos 119, 180

Exenteração Pélvica 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

F

Fatores de Risco 96, 98, 107, 110, 129, 142, 143, 145, 170, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 188, 223, 226

Fenomenologia 190, 192

G

Gerência 94

Gestantes 3, 4, 7, 11, 16, 55, 57, 58, 60, 61, 66, 67, 70, 75, 77, 79, 89, 101, 103, 106, 108, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 154, 155, 171

H

Hospitalização 95, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167

Humanização da Assistência 147, 148, 193

I

Idade gestacional 84, 124, 173

Idade Gestacional 23, 24, 81, 83, 95, 121, 172, 173, 175

L

Leite Materno 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 60, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 97, 114

M

Mastectomia 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220

Maternidade 8, 12, 18, 20, 30, 38, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 70, 72, 76, 78, 79, 82, 100, 101, 105, 115, 129, 147, 149, 152, 191, 214

Militares 221, 222, 223, 224, 226, 227, 230, 231, 232

Mulheres 7, 8, 15, 28, 30, 42, 43, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 87, 91, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 124, 126, 127, 129, 140, 148, 149, 151, 152, 154, 155, 171, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246

N

Neonatologia 34, 35, 100

Neoplasias da Mama 207, 210

P

Parto Humanizado 147, 148, 151, 156

Parto Normal 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 154

Pesquisa Qualitativa 35, 52, 106, 109, 141, 158, 168, 190

Polícia 221, 222, 224

Prisões 53, 54, 55, 57, 58, 60, 66, 70, 74, 79, 100

Psicologia 35, 41, 43, 78, 79, 149, 167, 199, 200, 202, 206

S

Saúde da Criança 9, 14, 16, 17, 34, 61, 80, 81, 100, 101, 103, 104, 158, 166, 167, 169, 170

Saúde da Mulher 55, 62, 72, 102, 190

Saúde do Adolescente 37, 45, 185

Sexualidade 37, 191, 197, 199, 207, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 237

Sífilis 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 240

Síndromes Hipertensivas 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146

T

Terapia Intensiva Neonatal 11, 18, 19, 35, 98, 169, 172

Teste do Pezinho 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Tuberculose 26, 55, 71, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

U

Unidade de Terapia Intensiva 11, 18, 35, 94, 98, 169, 172

Uso de Álcool 106, 107, 108

V

Violência Contra a Mulher 56, 233, 234, 236, 245, 246

Violência Doméstica 233, 234, 235, 236, 245

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020